

Ata nº 45 / XIII / 1.ª SL

Aos vinte e dois dias do mês de Setembro de 2016, pelas catorze horas, reuniu a Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Estrangeiros, na sala 7 do Palácio de S. Bento, no formato Mesa e Coordenadores dos diferentes Grupos Parlamentares, com a comparência dos Senhores Deputados constantes da folha de presenças que faz parte integrante desta Ata, com a seguinte,

Ordem do Dia (OD):

§ único: Audiência a uma Delegação do Senado da República Checa.

A Delegação Checa foi composta pelos seguintes elementos:

- Tomáš Grulich, Presidente da Comissão Permanente das Comunidades Checas (CPCC), do Senado, que chefiou a Delegação;
- Patrik Kunčar e Hassan Mezian, membros da CPCC;
- Broňa Vacková, Secretária da CPCC;
- Jaroslav Kantůrek, Comissário Extraordinário para as Comunidades Checas no Estrangeiro;
- Stanislav Kázecký, Embaixador da República Checa em Portugal;
- František Fleišman, Primeiro secretário da Embaixada da República Checa em Portugal.

Do lado português, estiveram presentes o(a)s Senhore(a)s Deputado(a)s:

- Pedro Filipe Soares, Vice-Presidente da Comissão;
- Isabel Santos (PS);
- José Carlos Barros (PSD).

Os trabalhos tiveram início com a receção da Delegação Checa, por parte do Senhor **Vice-Presidente da Comissão, Deputado Pedro Filipe Soares** que, após ter dado início aos trabalhos, deu as boas-vindas aos Senadores checos, tendo de seguida apresentado os Senhores Deputados portugueses presentes na ocasião.

Concedida a palavra ao **Senhor Grulich**, começou por agradecer a disponibilidade do Parlamento português para a audiência. De seguida, aludiu à motivação desta visita, pela qual se pretendeu colher informações da experiência portuguesa junto das comunidades portuguesas, no estrangeiro. Deu conta da reunião matinal com a Senhora Secretária de Estado dos Assuntos Europeus, durante a qual obteve algumas informações relevantes acerca da Diáspora portuguesa, seus problemas, funcionamento e organização. Referiu que a República Checa possui cerca de dois milhões de expatriados __ mormente nos Estados Unidos e América do Sul __, originária do período entre as duas grandes guerras, e no pós-Segunda Guerra, designadamente, na sequência da “Primavera de Praga”. Daqueles, cerca de quinhentos mil detêm ainda a nacionalidade checa. Ao contrário da emigração forçada, hoje, a mobilidade de cidadãos checos insere-se na liberdade de circulação de pessoas no seio da União Europeia, onde estudam, trabalham e constituem família. Fez notar que o Estado Checo não coloca quaisquer entraves a esta liberdade de circulação, mas pretende manter os laços de nacionalidade que tendem a perder-se. A finalizar, perguntou que tipo de mecanismos existem em Portugal para o acompanhamento institucional destas comunidades e se se encontra consagrada capacidade eleitoral ativa para tais casos.

Em resposta, referiu o Senhor **Vice-Presidente da Comissão** que Portugal possui uma imigração muito antiga, espalhada pelos cinco continentes. Elucidou acerca da existência de representação parlamentar direta através de círculos eleitorais da Europa e de fora da Europa, elegendo dois Deputados cada, nas eleições legislativas e presidenciais. Referiu que o maior desafio em termos de cidadania é o do registo dos emigrantes para efeitos eleitorais, decorrendo o processo de votação ou presencialmente ou por correspondência, processo no qual adquire superior relevância o papel desempenhado pelos serviços consulares. Embora se trate de um procedimento que funciona bem, existe uma enorme abstenção, existindo cerca de um milhão a um milhão e meio de cidadãos portugueses no estrangeiro em condições de votar. Perante o problema da abstenção, a Comissão e o Parlamento têm vindo a estudar a reformulação do mecanismo de registo e método de votação, de forma a facilitar a participação dos cidadãos eleitores. Por outro lado, as comunidades portuguesas reivindicam, há mais de 40 anos, o reforço do número de Deputados eleitos pelos círculos externos, sublinhando,

ainda, que o Parlamento suporta as despesas de transporte e ajudas de custo a estes Deputados.

Retomou a palavra o **chefe da Delegação Checa**, para questionar concretamente sobre a forma como são escolhidos os candidatos pelos círculos exteriores.

Para responder, tomou a palavra a Senhora **Deputada Isabel Santos (PS)**, tendo explicado que o sistema parlamentar português é unicameral, sendo as listas eleitorais legislativas apresentadas pelos diferentes partidos políticos, cuja composição, nos casos dos círculos exteriores, privilegia candidatos próximos das comunidades locais e com trabalho reconhecido nesses círculos. Referiu que Portugal possui hoje duas diásporas: a antiga e tradicional e outra mais recente, cuja motivação migratória diverge da antiga e relativamente à qual se verifica um maior afastamento na participação política. Na sua opinião, o maior desafio legislativo para os próximos anos reside na descoberta de novos mecanismos eleitorais e de reforço da ligação política com Portugal, simultaneamente transparentes, credíveis e seguros, perante uma nova emigração que é essencialmente livre.

Interveio o Senhor **Deputado José Carlos Barros (PSD)** para saudar a Delegação visitante e destacar o facto de a diáspora portuguesa mais antiga ter tido essencialmente motivações económicas, pautando-se por baixos níveis de literacia, facto profundamente divergente da nova emigração. Salientou o papel do Presidente da República no acompanhamento das comunidades portuguesas no exterior, privilegiando o contacto direto sempre que se desloca ao estrangeiro, como recentemente ocorreu nos Estados Unidos da América.

Tomou a palavra o Senhor **Vice-Presidente** para anunciar a necessidade de por termo à audiência, dado estar prestes a iniciar-se a reunião plenária do Parlamento, salientando, porém, a necessidade de reforçar contactos e aprofundar troca de experiências.

Nada mais havendo a tratar, houve lugar a uma troca simbólica de lembranças, tendo terminado a audiência pelas 15 horas.



Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas

A presente reunião possui registo áudio consultável em:

http://media.parlamento.pt/site/XIIIILEG/2SL/COM/02_CNECP/CNECP_20160922.mp3

Palácio de S. Bento, 22 de setembro de 2016

O Vice-Presidente da Comissão


(Pedro Filipe Soares)

A presente Ata foi aprovada em reunião da Comissão de Negócios Estrangeiros e Comunidades Portuguesas, realizada no dia 18/10/2016.